



Plenário aprova projeto sobre revisão anual de gastos públicos

Proposta que obriga o presidente da República a enviar ao Congresso um plano com análise da eficiência da execução de políticas públicas vai agora para a Câmara

Segue para análise dos deputados o projeto que obriga o presidente da República a enviar anualmente ao Congresso um plano de revisão dos gastos públicos. A proposta foi aprovada ontem no Plenário do Senado. Pelo texto, o plano deverá basear decisões sobre o financiamento de programas e projetos da administração federal, por meio da análise de eficiência na execução de políticas públicas. Os diagnósticos deverão ser considerados na elaboração das leis orçamentárias. O plano deverá conter informações completas sobre as contas públicas e o impacto fiscal das despesas obrigatórias. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Os senadores aprovaram também uma emenda que obriga o plano anual de revisão de gastos públicos a observar o impacto social das ações do governo

Inadimplência é maior causa de *spread* alto, diz Febraban

A concentração bancária e a falta de competição entre bancos não são as maiores responsáveis pelo alto *spread* no país, e sim a inadimplência, disse ontem o presidente da

Federação Brasileira de Bancos, Murilo Portugal, em audiência no Senado. Senadores, porém, não se convenceram e questionaram a alta margem de lucro das instituições. **5**

Aviação na região amazônica poderá receber incentivos

Projeto aprovado ontem na Comissão de Infraestrutura busca atrair recursos para incentivar o transporte aéreo civil e movimentar aeroportos menores na Amazônia. A proposta prevê que a região

terá prioridade para receber investimentos de fundos e programas ligados ao setor. O autor, Jorge Viana, lembra que a Amazônia é a região do país com maior dificuldade de transporte. **8**



Rico Tóni/Mégeo Ltda.

Avião é um dos principais meios de transporte em região com poucas estradas

Congresso se reúne hoje para avaliar veto e créditos **2**

Novo marco legal para o Sine segue para sanção **3**

Avança outorga de TVs educativas para faculdades **6**



Diego Moreira/AZFotoGRAFIA

Saúde poderá receber parte da arrecadação com infrações de trânsito

Vai à Câmara texto que destina 30% das multas de trânsito ao SUS

Proposta que destina 30% da arrecadação com multas de trânsito para o Sistema Único de Saúde foi aprovada ontem em Plenário e segue para a Câmara.

A relatora, Marta Suplicy, fez duas mudanças no texto de Eduardo Amorim.

A primeira estabelece que as verbas geradas pelas multas não serão levadas

em conta para atender a exigência constitucional de aplicação de um percentual mínimo de recursos na saúde.

A outra mudança derubou uma emenda de comissão que destinava os 30% da arrecadação com as multas especificamente para o Fundo Nacional de Saúde. **3**

Selo pode facilitar a comercialização de alimentos artesanais

Queijo, salsicha, linguiça e salame estão entre os produtos artesanais de origem animal que podem ganhar um selo para ter a venda facilitada entre os estados. Aprovado ontem na Comissão de Agricultura, o projeto diminui a burocracia para a comercialização desses produtos. **4**

Especialistas criticam transposição do Rio Tocantins

Especialistas que participaram de debate na Comissão de Infraestrutura disseram que ainda não há estudos suficientes para medir os impactos da transposição do Rio Tocantins. Projeto prevê interligar vários rios para revitalizar o São Francisco e permitir a navegação até a foz do Amazonas. **7**

Congresso analisa veto a programa de microcrédito

Temer vetou dispositivos de projeto sobre política de concessão de empréstimos a empreendedores de baixa renda. Senadores e deputados também vão avaliar propostas que abrem créditos orçamentários

O CONGRESSO NACIONAL se reúne hoje, às 15h, para avaliar o veto presidencial parcial ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, que prevê a concessão de pequenos empréstimos a empreendedores de baixa renda. Também serão votados três projetos de crédito orçamentário.

O veto refere-se ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/2018, oriundo da Medida Provisória (MP) 802/2017, aprovada no Senado em março. Ao sancionar a Lei 13.636, o presidente Michel Temer vetou dispositivo que fixava em 2% ao mês as taxas de juros efetivas nas operações de microcrédito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O dispositivo vetado proibia ainda a cobrança de qualquer outra despesa, à exceção da Taxa de Abertura de Crédito de 3% sobre o valor do empréstimo.

Ao vetar o dispositivo “por contrariedade ao interesse público”, Temer explicou que a definição, por lei, da taxa de juros ou outra taxa aplicável a operações de crédito dificulta eventuais ajustes por mudanças na política monetária, o



Parlamentares devem se reunir em sessão conjunta hoje a partir das 15h

que pode prejudicar a oferta de crédito e os objetivos da política de microcrédito.

Recursos extras

Na mesma sessão, será votado o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 3/2018, que transfere aos estados, Distrito Federal e municípios crédito suplementar de R\$ 4,49 bilhões, como compensação financeira pelo uso de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, entre outros.

Também será votado o PLN 4/2018, que abre crédito suplementar de R\$ 4,2 bilhões para órgãos do Executivo federal. Os recursos virão da anulação de dotações orçamentárias e

emendas não obrigatórias.

Será votado ainda o PLN 5/2018, que abre crédito especial de R\$ 439,5 milhões em favor de órgãos do governo federal — entre eles, o Ministério da Fazenda, para pagamento de benefícios e pensões indenizatórias. O crédito também contempla os Ministérios da Saúde (para estruturação de Academias da Saúde e controle da população de animais em situações excepcionais), dos Transportes (para transporte aquaviário e aviação civil), da Integração Nacional (para apoio a projetos de desenvolvimento sustentável) e das Cidades (para amortização e encargo de dívida).

Sessão vai homenagear defensores públicos

O Senado promoverá no 14 de maio sessão solene em homenagem ao Dia da Defensoria Pública. Requerimento para sessão foi aprovado em Plenário. A iniciativa foi de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O Dia Nacional da Defensoria Pública é celebrado em 19 de maio (Lei 10.448, de 2002). A data é homenagem a Santo Ivo, que faleceu nesse dia, no ano de 1303, aos 50 anos, na França, e dedicou sua vida à

defesa dos desassistidos.

Também foi aprovado requerimento de Paulo Paim (PT-RS) e outros senadores para sessão em homenagem ao Dia do Trabalho, a ser realizada em 28 de maio.

Valadares denuncia violência crescente em Sergipe

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ontem que a violência é uma epidemia que se estendeu por todo o país. Ele lembrou que Sergipe foi apontado em reportagem da *Folha de S. Paulo* como o estado mais violento do país.

— São 63,95 crimes violentos para cada 100 mil habitantes de Sergipe, o menor estado brasileiro. Isso é uma tristeza. Sergipe supera Honduras, que tem o índice de 63,75.

O senador lembrou projeto de sua autoria que dá prazo de 24 horas para que um preso em flagrante seja levado para audiência de custódia.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senador lamenta avanço do crime organizado em MT

Preocupado com o avanço do crime organizado em Mato Grosso, José Medeiros (Pode-MT) disse ontem esperar que a discussão no Congresso sobre o combate à violência não esfrie. O senador relatou que, na semana passada, o Comando Vermelho assumiu a autoria de atentado ao prédio da Secretaria de Segurança Pública do estado. Para ele, é preciso modernizar a legislação brasileira.

— O estado tem que ter paridade de armas. Os policiais precisam ter a possibilidade de enfrentar, sem serem penalizados depois.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário Mota acusa Temer de tratar mal Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) acusou ontem o presidente Michel Temer de “maltratar” Roraima com o objetivo de desgastar o governo estadual com fins eleitorais. Telmário leu comentário publicado no jornal *Folha de Boa Vista* segundo o qual Temer precisa mostrar atitudes “republicanas” ou não terá condições morais de pedir união nacional.

— É lamentável que o governo federal continue fazendo uma política destrutiva, uma política de desmonte, de quanto pior melhor para os correligionários dele e sacrificando o povo de Roraima.



Jefferson Rudy/Agência Senado

CPI poderá convocar prefeito acusado de pedofilia em SP

A comissão parlamentar de inquérito que investiga maus-tratos às crianças votará requerimento de convocação do prefeito interino de Bariri (SP), Paulo Henrique Barros de Araújo, preso sob suspeita de ter estuprado uma menina de 8 anos em Bauru (SP) no sábado.

— A assessoria da comissão está se comunicando com o delegado do caso, com

o Ministério Público, para que nós possamos tomar pé. Ninguém é esturador de vulnerável de um crime só. Quando um desgraçado desse é pego é porque tem um histórico — disse Magno Malta (PR-ES), que preside o colegiado.

A CPI tem atividades previstas até o final de junho e tem José Medeiros (Pode-MT) como relator.

Medeiros representa contra Gleisi no Conselho de Ética

José Medeiros (Pode-MT) protocolou no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado uma representação contra Gleisi Hoffmann (PT-PR) pela entrevista que deu à rede de TV Al Jazeera. No vídeo, a senadora, que é presidente nacional do PT, afirma que a prisão do ex-presidente Lula tem motivação política e pede a todos que se unam à militância na luta para libertar o ex-presidente.

No documento, protocolado como Petição do Conselho de Ética e Decoro Parla-

mentar (PCE) 5/2018, ele alega que Gleisi abusou das prerrogativas constitucionais dos membros do Congresso.

— A meu ver, a senadora quebrou o decoro e não reúne mais as condições de representação do povo brasileiro aqui no Senado — afirmou.

Gleisi afirmou, na semana passada, que a entrevista à Al Jazeera teve o mesmo conteúdo das que concedeu à BBC, de Londres, à agência EFE, da Espanha, à TV SIC, de Portugal, e à agência France-Presse, da França.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Acuidade auditiva e visual**
9h Entre 17 itens, o PLC 104/2015, que exige exame de acuidade visual e auditiva em alunos novos do ensino fundamental.
- CDR Zona Franca Verde**
9h O PLS 68/2016, que amplia benefícios tributários à Zona Franca Verde, é um dos 7 itens.
- CCJ Fuga violenta de prisão**
10h O PLS 157/2016, que aumenta a pena para fuga de prisão com uso de violência, está na pauta de 24 itens.
- CE Evasão escolar**
10h30 Audiência interativa sobre evasão e reprovação em escolas públicas da educação básica.
- CDH Brinquedos adaptados**
11h O PLS 382/2011, sobre instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência, é um dos 23 itens.
- CTEC Obras em andamento**
11h Na pauta de 4 itens, o PLS 326/2017, que prioriza o orçamento para conclusão de obras em andamento.
- CPI DOS CARTÕES Plano de trabalho**
11h Análise do plano de trabalho e de requerimentos.
- CSE Pedido de audiência pública**
11h30 Análise de requerimento.
- CDH/CI Ferrogrão**
14h Audiência conjunta para debater impactos da construção da Ferrogrão, bem como a falta de mecanismos de consulta popular dos municípios afetados.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Abre a pauta o PDS 18/2018, sobre acordo com a China na área aduaneira.
- CMCVM Lei do Femicídio**
14h30 Audiência interativa para discutir aplicabilidade da Lei do Femicídio.
- CÓDIGO COMERCIAL Negócios**
14h30 Audiência interativa para discutir melhoria do ambiente de negócios.
- MP 812/2017 Fundos constitucionais**
14h30 Análise de relatório.
- MP 821/2018 Ministério da Segurança**
14h30 Audiência interativa com a participação, entre outros, do ministro do STF Alexandre de Moraes.
- MP 818/2018 Estatuto da Metrópole**
15h Análise de relatório.
- CONGRESSO Veto e créditos**
15h Veto 10/2018 e PLNs 3, 4 e 5 de 2018, sobre créditos suplementares.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Senado aprova proposta sobre gastos públicos

Segue para a Câmara proposta que obriga o presidente a enviar anualmente ao Congresso um plano de revisão dos gastos a ser considerado na elaboração de leis orçamentárias

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto que obriga o presidente da República a enviar anualmente ao Congresso um plano de revisão dos gastos públicos. O PLS 428/2017, de José Serra (PSDB-SP), segue para a Câmara dos Deputados.

Segundo o projeto, o plano deve servir de base para decisões sobre o financiamento de programas e projetos da administração pública federal, por meio da análise de eficiência na execução de políticas públicas. As análises e os diagnósticos deverão ser considerados na elaboração das leis orçamentárias (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual).

Pelo texto, o plano deverá conter informações sobre as contas públicas, como: quadro temático de despesas, impacto

fiscal das despesas obrigatórias (como salários de servidores e benefícios previdenciários), medidas para o aprimoramento das políticas públicas e de gestão fiscal, agenda legislativa prioritária e identificação de opções orçamentárias para reduzir o déficit fiscal ou criar espaço para programas de maior prioridade.

Responsabilidade

Serra explicou que o objetivo da proposta é aproximar os Poderes Executivo e Legislativo e a sociedade na tarefa de gerir os recursos públicos com responsabilidade fiscal.

Segundo Armando Monteiro (PTB-PE), que relatou o projeto, o texto inova ao conferir um caráter de longo prazo ao planejamento fiscal e ao cobrar do governo maior preocupação



Armando Monteiro (C) acredita que o controle sobre gastos vai aumentar

com os impactos fiscais das políticas públicas.

Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) afirmou que o projeto contribui para uma maior eficiência do funcionamento do Estado. Para ele, a iniciativa aproxima o Brasil de

países como Inglaterra, Canadá e Holanda, que possuem medidas semelhantes.

— A despesa pública está em contínuo crescimento. Acumulamos nos últimos anos déficits públicos expressivos. Estamos sempre cobrindo a

despesa com uma crescente imposição de tributos. A carga fiscal está no limite.

O Plenário aprovou uma emenda de Lindbergh Farias (PT-RJ) que obriga o plano de revisão de gastos a observar também o impacto social das ações do governo. A modificação foi defendida por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que observou que o quadro de crise do país exige menos aperto orçamentário e mais participação estatal na proteção social.

Outra alteração foi de autoria do relator. O texto previa a criação de uma comissão no Congresso para supervisionar o cumprimento do plano de revisão. Armando retirou esse dispositivo, argumentando que a criação de novos colegiados no Congresso não deve ser tratada em projeto de lei.

Regra para responsabilizar empresário volta à Câmara

O Senado aprovou ontem, em votação simbólica, substitutivo ao projeto que estabelece regras e detalha ritos processuais para responsabilização de sócios ou administradores que se utilizarem da empresa para a prática de fraudes ou atos abusivos, buscando proveito próprio. Como sofreu alterações, o projeto (PLC 69/2014) volta para análise dos deputados.

A legislação já determina a desconsideração da personalidade jurídica, que permite a responsabilização dos empresários. No entanto, não delimita normas e ritos para aplicação da medida, o que tem gerado

indefinição e controvérsias.

O substitutivo, de Armando Monteiro (PTB-PE), determina que a desconsideração da pessoa jurídica poderá ocorrer quando houver má-fé dos administradores ou sócios, e não por mera “má administração”, como constava no texto aprovado na Câmara. O relator acolheu emendas de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

O projeto explicita que os efeitos da responsabilização não atingirão os bens particulares de sócio ou administrador que não tenha praticado ato abusivo em nome da empresa.

E estabelece a necessidade de requerimento específico do Ministério Público ou da parte que postular a desconsideração da personalidade jurídica, já prevista no Código Civil, vedando ao magistrado decretar de ofício a responsabilização.

Fica vedada ao juiz a aplicação da desconsideração por analogia ou interpretação extensiva. O juiz também não poderá decretar a desconsideração da personalidade jurídica antes de facultar a oportunidade de satisfazer a obrigação, em dinheiro, ou indicar os meios pelos quais a execução possa ser assegurada.

Segue à sanção novo marco legal do Sistema Nacional de Emprego

O Plenário do Senado aprovou ontem um projeto que estabelece novo marco legal para o Sistema Nacional de Emprego (Sine). O texto segue agora para sanção da Presidência da República.

Segundo o PLC 183/2017, as diretrizes do órgão devem ser a otimização do acesso ao trabalho, aos sistemas de educação e de qualificação profissional e o compartilhamento da gestão, do financiamento e de recursos técnicos entre as esferas de governo.

De autoria da Câmara dos Deputados, o texto determina que o Sine seja gerido, executado e financiado pelo Ministério do Trabalho e por órgãos

específicos das demais esferas de governo que o integrem. À União caberia, entre outras competências, a coordenação nacional, a concessão do seguro-desemprego e do abono salarial, a identificação do trabalhador e a coordenação da certificação profissional.

O relator do texto, senador Armando Monteiro (PTB-PE), disse que a nova regulação terá impacto positivo na atuação do órgão.

O Sine foi criado em 1975, sob orientação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As principais ações oferecidas são a intermediação de mão de obra e a habilitação ao seguro-desemprego.

Saúde poderá receber 30% das multas de trânsito

O Plenário aprovou ontem proposta que destina 30% da arrecadação com multas de trânsito para o Sistema Único de Saúde (SUS). O PLS 426/2012, de Eduardo Amorim (PSDB-SE), segue para a Câmara dos Deputados.

O texto foi aprovado na forma de parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), fez duas mudanças.

A primeira estabelece que as verbas geradas pelas multas não serão levadas em conta para atender à exigência constitucional de aplicação de um percentual mínimo de recursos na saúde. Assim, o dinheiro das multas será um acréscimo aos investimentos obrigatórios na saúde pública a cargo de União, estados, Distrito Federal e municípios.

A outra mudança derrubou emenda da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que destinava os 30% da arrecadação com multas de trânsito para o Fundo Nacional de Saúde (FNS). Segundo Marta, a concentração de recursos no âmbito do FNS contradiz a regra de descentralização na prestação dos serviços de saúde.



A senadora Marta Suplicy (D) é autora do parecer aprovado em Plenário

Humberto Costa (PT-PE) disse que votaria a favor do projeto, mesmo o considerando insuficiente: — Precisamos de fontes estáveis e não de puxadinhos.

Amorim respondeu argumentando que é melhor ir convencendo “de puxadinho em puxadinho” do que ficar sem recurso.

— Há cidades que arrecadam milhões com multas de trânsito. É mais do que justo um recurso extra para o combatido SUS.

O PLS 426/2012 tramitava em conjunto com o PLS 193/2011, que foi rejeitado por fixar percentual menor (15%).

Reajuste de valor pago a lotérica pela Caixa poderá ter urgência

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que o Plenário deve votar hoje o requerimento de urgência para o projeto de lei que reajusta valores pagos pela Caixa Econômica Federal aos permissionários lotéricos pelo recebimento de boletos e outros convênios (PLC 1/2018).

Eunício informou que foi procurado pela presidência da Caixa e que aguarda um entendimento entre a instituição bancária e os lotéricos.

— Se não houver o acordo, vamos votar o requerimento e, na sequência, o projeto.

A votação da urgência já havia sido adiada na semana passada a pedido do relator, Romero Jucá (PMDB-RR), que tenta um acordo sobre o texto.

O relator explicou que a atualização dos valores é uma reivindicação dos lotéricos e correspondentes bancários. Eles alegam que a taxa paga pela Caixa por operação é baixa. A Caixa, por sua vez, diz que se o texto for aprovado como saiu da Câmara, empresas como as companhias de energia e de água deixarão de usar os correspondentes bancários.

Ontem, Ronaldo Caiado (DEM-GO) cobrou a votação da urgência. Para ele, o aumento das tarifas garantirá a sobrevivência das casas lotéricas. Eunício respondeu que tem um compromisso com os lotéricos e com a Caixa de esperar até hoje o prazo para negociação.

William Drey/SerfioBros



O queijo da Serra da Canastra, em Minas Gerais, é um dos que podem ser beneficiados se o projeto for aprovado

Alimento artesanal pode ter selo para facilitar venda

Projeto aprovado na Comissão de Agricultura permite a comercialização em todo o país de produtos como queijo, salsicha, linguiça, presunto, mortadela e salame a partir de autorização dos estados

A COMISSÃO DE Agricultura (CRA) aprovou ontem o projeto que permite a comercialização, em todo o país, de produtos artesanais com origem animal a partir de selo estadual. Entre esses produtos, estão queijos, salsichas, linguiças, presuntos, mortadelas e salames.

Hoje esses alimentos só podem ser comercializados fora do estado em que foram feitos caso tenham o selo SIF (do Serviço de Inspeção Federal), que pode levar cerca de dois anos para ser emitido

pelo Ministério da Agricultura. O relator do PLC 16/2018, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), solicitou o envio da proposta ao Plenário com pedido de urgência para votação.

— Esse projeto vai facilitar demais a vida de milhares de pequenos produtores rurais no país inteiro, gerando empregos e renda. Valoriza a produção, desburocratiza a inspeção sanitária e incentiva a comercialização — afirmou o senador.

Pelo texto, os produtos passam a ser identificados

em todo o país a partir de selos com a inscrição “Arte”, que serão concedidos pelos órgãos de saúde pública em cada estado.

Por se tratar de pequenos e médios produtores, as exigências de registro serão adequadas às dimensões de cada empreendimento, e os procedimentos deverão ser simplificados.

Já a inspeção e a fiscalização terão natureza prioritariamente orientadoras, com critério de dupla visita para a lavratura dos autos de infração.

Política da Erva-Mate vai ao Plenário com urgência

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem o relatório de Ana Amélia (PP-RS) que institui a Política Nacional da Erva-Mate. A pedido dela, foi concedido regime de urgência para a análise do projeto pelo Plenário.

A senadora usou dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para defender a criação de uma política de Estado específica voltada ao setor produtivo da erva-mate.

Ela lembrou que esse é o principal produto florestal não madeireiro da Região Sul, sendo alternativa de renda para 180 mil produtores familiares, numa cadeia produtiva que responde por 700 mil postos de trabalho e cerca de 700 empresas beneficiadoras.

— A maior parte da produção ainda ocorre em modelo extrativo. Esse projeto, caso seja aprovado, vai gerar renda para pequenos produtores. E a renda impacta diretamente as economias local e regional — destacou Ana Amélia.

De acordo com o texto, caberá ao poder público



Ana Amélia diz que o projeto vai gerar renda para pequenos produtores

ofertar linhas de crédito e financiamento em condições favoráveis para a produção, industrialização e comercialização da erva-mate.

O financiamento deverá ser complementado por assistência técnica e extensão rural de qualidade, especialmente aos agricultores familiares e aos pequenos e aos médios produtores.

Inovação

Também deverão ser estimulados investimentos visando à inovação tecnológica da produção e da industrialização, com foco no

aumento da produtividade e da qualidade e na ampliação do mercado consumidor. Outras incumbências serão apoiar o comércio interno e externo da erva-mate e seus produtos derivados, além de priorizar acordos e parcerias com entidades públicas e privadas.

Como instrumentos dessa política, deverão ainda ser incentivados a pesquisa agrícola, bioquímica, farmacêutica e alimentícia, arranjos produtivos locais, seguro rural, prospecção de mercados e feiras e ações de divulgação do produto no Brasil e no exterior.

Projeto que modifica o seguro rural é aprovado em comissão

O projeto que altera mecanismos de subvenção governamental ao seguro rural foi aprovado ontem na Comissão de Agricultura (CRA).

O PLS 185/2017, de Kátia Abreu (PDT-TO), permite que o prêmio dos contratos de opções de venda negociados por meio da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F) possa ser subvencionado com recursos do orçamento público. O texto ainda amplia a cobertura do seguro, passando da proteção contra apenas riscos climáticos para garantir também outros tipos de riscos, como epidemias, variações cambiais ou questões relativas à comercialização.

O projeto inclui também a equalização do seguro rural, além da equalização de juros em empréstimos rurais e da

garantia de preços, entre os itens abrangidos pela legislação do país (Lei 8.427, de 1992).

— Essa lei, ao ampliar o financiamento, contribuiu muito para que a agricultura e a pecuária alcançassem os ganhos de produtividade admiráveis que vimos nas últimas décadas — destacou o relator da proposta, senador Wellington Fagundes (PR-MT).

O texto modifica ainda a Lei de Subvenção do Seguro Rural (Lei 10.823, de 2003), transferindo o encargo da equalização dos prêmios do seguro do Ministério da Agricultura para a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Blairo deve falar sobre embargo europeu ao frango brasileiro

A pedido do presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Ivo Cassol (PP-RO), o colegiado realizará em data a ser definida uma audiência pública com o ministro da Agricultura, Blairo Maggi. Na pauta, o embargo da União Europeia à importação de frango proveniente de 20 frigoríficos brasileiros.

Ontem, a comissão aprovou o plano de trabalho elaborado pela senadora Ana Amélia (PP-RS), relativo à avaliação dos resultados alcançados pelo Garantia-Safra e o Programa de Aquisição de Alimentos, duas políticas

públicas conduzidas pelo governo federal.

Como primeira medida, já foram solicitadas informações detalhadas relativas à quantidade de agricultores atendidos e os recursos efetivamente aplicados por meio dos dois programas entre 2010 e 2018. As informações foram solicitadas ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A avaliação deverá estar finalizada em novembro e, segundo Ana Amélia, resultará em propostas para aprimorar as duas políticas públicas.

Impactos da Ferrogrão serão discutidos em audiência hoje

Os impactos da construção da ferrovia EF-170 (Ferrogrão) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada pela obra serão debatidos em audiência pública conjunta hoje da Comissão de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A iniciativa é do senador Paulo Rocha (PT-PA), que quer debater também a falta de mecanismos de participação da população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A EF-170 vai consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pela Região Norte. De acordo com informações do governo

federal, a ferrovia terá 933 quilômetros de extensão e vai conectar a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao Pará, desembocando no Porto de Miritituba. Estão previstos, também, o Ramal de Santarenzinho, entre Itaituba e Santarenzinho, distrito de Rurópolis (PA), com 32 quilômetros, e o Ramal de Itapacurá, com 11 quilômetros.

Foram convidados para o debate o diretor da ANTT Sérgio de Assis Lobo, o líder Kayapó, cacique Peb Oroti, a presidente do Instituto Ambiental Augusto Leverger, Silvana Dias de Campos e a analista do Instituto Socioambiental (ISA) Biviany Rojas Garzón, entre outros.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Inadimplência é causa do *spread*, diz Febraban

Em debate, presidente da Federação Brasileira de Bancos afirmou que a falta de pagamento é o fator de maior peso para as altas taxas de juros, mas foi contestado por senadores

OPRESIDENTE DA Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, negou que a concentração bancária e a falta de competição entre os bancos sejam as maiores responsáveis pelo alto *spread* praticado no país. Os senadores, porém, contestaram o argumento. O *spread* (a diferença entre os juros cobrados pelo banco ao emprestar e a taxa que ele paga ao captar dinheiro) foi tema de audiência ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O representante da Febraban citou dados do Banco Central mostrando que a inadimplência é o fator de maior peso:

— Temos que considerar não a taxa de inadimplência em si, mas seu custo. No Brasil, mesmo para créditos com garantia, a taxa de recuperação é baixa. Só conseguimos recuperar 16% dos valores garantidos, e quatro anos depois de iniciada a cobrança. Para reduzir

o *spread*, temos que fazer uma reforma no ambiente de crédito para reduzir custos da inadimplência, de impostos e outros.

Portugal afirmou ser “meia verdade” o que se diz a respeito da concentração bancária no país. Ele lembrou que o setor é intensivo e concentrado no mundo todo. Levando-se em conta os cinco maiores bancos, o Brasil está em quinto lugar num ranking de concentração.

— Uma parte disso se explica pela alta presença dos bancos públicos, que têm 54% do mercado de crédito e atuam fortemente nos setores imobiliário e rural. Se excluirmos essas duas áreas, o Brasil cai do quinto para o oitavo lugar.

O presidente da Febraban disse ainda que a rentabilidade do setor bancário no país está



Murilo Portugal fala em debate da Comissão de Assuntos Econômicos comandado por Tasso Jereissati (2º à esq.)

em posição intermediária na comparação com outros ramos.

Os argumentos não convenceram os senadores Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que insistiram em questionar a alta margem de lucro das instituições, obtido em parte com a cobrança de juros elevados.

— Lamento a necessidade de ter que se instalar uma CPI para investigar os juros elevadíssimos dos cartões de crédito. Precisamos ter dinheiro a juros decentes — afirmou Ataídes, presidente da CPI.

Cristovam Buarque (PPS-DF), por sua vez, lembrou que o cenário é especialmente complicado porque no Brasil existe “voracidade no consumo e anorexia na poupança”, visto que o brasileiro tende a consumir demais e a poupar pouco.

— Temos taxas de juros desestimuladoras para o ambiente econômico — disse.

Convidados e senadores concordaram com a necessidade de a Câmara aprovar quanto antes um projeto que viabiliza o cadastro positivo de consumidores. A proposta (PLS 212/2017) já passou pelo Senado no ano passado.

— A competição vai aumentar se mais instituições tiverem acesso às informações. Informação é poder adicional de mercado para quem concede crédito — opinou o professor da PUC-Rio Vinicius Carrasco.

Para o diretor do Nubank Bruno Magrani, o cadastro positivo tem grande potencial de impacto, especialmente para as instituições menores, que não têm o mesmo nível de dados dos grandes bancos.

Crédito caro

Autor do pedido da audiência, Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou que a recuperação da economia está ocorrendo de forma lenta porque o crédito ainda é caro e difícil, tanto para as famílias quanto para as empresas.

Índice de concentração

Percentual dos 5 maiores bancos no sistema financeiro

África do Sul	91%
Austrália	82%
Chile	73%
México	72%
Brasil	71%
Rússia	69%
Colômbia	68%
Coreia do Sul	64%
Brasil (sem considerar créditos rural e imobiliário)	62%
Turquia	56%

Fonte: Febraban

Composição do *spread*

55,7%	inadimplência
23,3%	lucros e outros
15,6%	impostos diretos
3,8%	custo administrativo
1,7%	compulsórios

Fonte: Febraban

Projetos deverão informar impacto financeiro

Qualquer proposta que tramitar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) precisará ser acompanhada de informações relacionadas ao impacto fiscal e à repercussão financeira para o contribuinte. É o que estabelece projeto de resolução aprovado ontem pela comissão. O texto, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), seguiu em regime de urgência para o Plenário. O projeto ainda será numerado pela Mesa.

Ferraço explicou que essa regra é uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal e do novo regime fiscal.

— A escassez de recursos é uma realidade. Precisamos priorizar o gasto público, tratando o dinheiro do contribuinte com cuidado. ossos colegas não podem apresentar propostas sem que se tenha

uma relação de causalidade com aquilo que está se propondo — afirmou.

O presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), informou que há cerca de 60 propostas na comissão que tratam de incentivos fiscais. Ele lembrou que o projeto de Ferraço é fruto de levantamento pedido à Receita Federal sobre o impacto

de projetos nos tributos.

— Em três anos, se somarmos todos os projetos de redução, isenção e benefício fiscal na CAE, chegaríamos a R\$ 200 bilhões apenas no primeiro ano. Se considerarmos os três anos, daria R\$ 600 bilhões — afirmou Jereissati.

O texto altera a Resolução do Senado 93/1970.



Proposta de Ferraço foi aprovada em comissão e segue para o Plenário

CPI sobre juros de cartão de crédito define hoje o plano de trabalho

A CPI dos Cartões de Crédito se reúne hoje para definir o plano de trabalho. A comissão parlamentar de inquérito também deve votar requerimentos. Instalada no dia 17, a CPI investigará os juros cobrados pelas operadoras de cartão. O colegiado terá 180 dias para concluir seus trabalhos.

Entre os dez requerimentos a serem votados, estão pedidos de audiência com representantes do Banco Central, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), da Confederação Nacional de Dirigentes Logistas (CNDL), do Instituto Brasileiro

de Defesa do Consumidor (Idec) e dos bancos.

Há ainda um requerimento de Eduardo Lopes (PRB-RJ), que integra a CPI, com pedido para que a Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços indique um interlocutor para as tratativas da CPI.

O presidente da CPI é Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e o vice-presidente é Dário Berger (PMDB-SC). O relator é Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE). Também integram a comissão os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Ivo Cassol (PP-RO) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP). São suplentes Zeze Perrella (PMDB-MG), Regina Sousa (PT-PI) e Lasier Martins (PSD-RS).

Adiada votação de parecer à medida provisória de privatização da Eletrobras

A comissão mista da medida provisória que permite a privatização da Eletrobras e de seis subsidiárias adiou para amanhã a votação do relatório do deputado Julio Lopes (PP-RJ). A MP 814/2017 também reestrutura o setor elétrico na Região Norte.

A estatal é responsável por um terço da geração de energia no país e tem

valor patrimonial avaliado em R\$ 46,2 bilhões, com ativos que podem somar R\$ 170 bilhões, de acordo com o Ministério de Minas e Energia.

A medida provisória altera leis relacionadas ao setor elétrico e permite que a Eletrobras e suas controladas — Furnas, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Eletronorte,

Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica — sejam incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND).

O Executivo conta com o valor que pode ser arrecadado com a privatização para fechar as contas deste ano. No entanto, o assunto é polêmico e o governo federal vem enfrentando

resistência no Congresso Nacional.

Foram apresentadas 158 emendas ao texto original da medida provisória. Se aprovada na comissão composta por deputados e senadores, a proposta seguirá para os Plenários da Câmara e do Senado. A MP é válida até 1º de junho.

Da Agência Câmara

Faculdades poderão ter outorga de TVs educativas

Projeto aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia permite que todas as instituições de ensino superior públicas e privadas, além de suas mantenedoras, possam receber canais de rádio e televisão

TODAS AS INSTITUIÇÕES de ensino superior, e não apenas as universidades, poderão contar com a possibilidade de receber outorga de canal de rádio ou TV educativa. É o que estabelece projeto aprovado ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta seguirá para análise em Plenário.

O PLC 91/2017 mantém a natureza não comercial desses veículos, mas permite a divulgação de apoiadores culturais nos programas transmitidos. O rol de habilitados à prestação do serviço de radiodifusão educativa também é ampliado para contemplar, além das universidades, as faculdades e os centros universitários públicos e privados, bem como suas mantenedoras.

Os veículos de radiodifusão educativa também poderão divulgar os apoiadores culturais nos programas trans-

mitidos, a exemplo do que acontece em diversos canais públicos de televisão, como a TV Cultura e a TV Brasil, sem que a prática se confunda com a comercialização de espaço publicitário.

Relator do projeto, o senador Paulo Rocha (PT-PA) observa que as rádios educativas prestam relevantes serviços ao desenvolvimento da sociedade, com a promoção de atividades culturais e educacionais.

Esporte eletrônico

A CCT também aprovou o PLS 383/2017, do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que regulamenta os esportes eletrônicos no Brasil, os chamados e-sports (atividades competitivas que envolvem jogos de videogame, computador e *gadgets*).

O projeto, a ser analisado em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), garante

a liberdade da prática dos e-sports, estabelecendo como objetivos da modalidade o estímulo à boa convivência, e ao *fair play*, a construção de identidades, o desenvolvimento de habilidades nos praticantes e o combate aos discursos de ódio que podem ser passados subliminarmente pelos jogos.

O colegiado também aprovou o PLS 513/2017, do senador Hélio José (Pros-DF), que altera o limite de potência de transmissão e a quantidade de canais designados para a execução de radiodifusão comunitária.

Também foi aprovado requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para a realização de audiência pública sobre o PLC 79/2016. A proposta permite a adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização. O debate deverá ser realizado no dia 8 de maio.

Na mesma reunião, foram aprovados 19 projetos de decreto legislativo que renovam a concessão de prestação de serviços de rádio e TV nos municípios de Nova Esperança do Sul (RS), Rio dos Cedros (SC), Barbalha (CE), Inocência (MS), Trindade (GO), Belém (PA), Estreito (MA), Dois Vizinhos (PR), Niquelândia (GO), Japonvar (MG), Coronel Fabriciano (MG), Cipotânea (MG), Guaíra (SP), Ipirá (BA), Barra (BA), Olho d'Água das Cunhãs (MA), Dom Feliciano (RS), Florai (PR) e Ibiraci (MG).



Para Paulo Rocha, as TVs e rádios educativas prestam serviços relevantes

Ambiente de negócios será debatido em audiência

A Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial promove hoje, às 14h30, audiência sobre a melhoria do ambiente de negócios no Brasil com base nas convenções internacionais sobre o tema.

Foram convidados o presidente do Instituto para Refor-

ma das Relações entre Estado e Empresa, Walfrido Warde Júnior, o superintendente jurídico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Cassio Borges, e o representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC) Felipe Fabro.

A comissão examina o PLS

487/2013, de Renan Calheiros (PMDB-AL), propondo a reforma do código. É presidida por Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) e tem Pedro Chaves (PRB-MS) como relator.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

HÁ 30 ANOS

Comissão de Redação é criada para acelerar os trabalhos constituintes

A Constituinte instituiu, na semana de 25 de abril de 1988, uma Comissão de Redação, com o objetivo de apressar a conclusão dos trabalhos. A composição foi obtida após consulta a partidos e grupos, todos eles representados no colegiado. A comissão tinha função técnica, de depurar o texto à medida que era apreciado pelo Plenário. Outra medida tomada visando acelerar as votações foi a retirada de subsídios de parlamentares que faltassem a mais de sete sessões.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte44>



Paim (C) comanda audiência pública da Comissão de Direitos Humanos

Para debatedores, reforma trabalhista favorece acidentes

Os acidentes de trabalho matam mais que conflitos como as guerras no Iraque e no Afeganistão, ressaltou Paulo Paim (PT-RS). E, segundo o procurador do Trabalho Fernando Maciel, o número de mortes poderá crescer como consequência da reforma trabalhista. O procurador participou ontem de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), há uma média diária de 923 mil acidentes de trabalho, que causam 6.300 mortes por dia. No Brasil, pelos dados de 2016, houve 2.265 mortes naquele ano, sem contar os permanentemente incapacitados.

A procuradora do Trabalho Juliana Oitaven acrescentou que as mudanças da reforma criaram enormes dificuldades para a fiscalização. As condições precárias do trabalho intermitente e a permissão

para grávidas exercerem trabalhos insalubres são fatores negativos, explicou ela.

Os gastos da Previdência Social com auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pensão por morte e auxílio-acidente chegaram a R\$ 27 bilhões entre 2012 e 2017, segundo estimativa de Maciel. O procurador defendeu a necessidade de evitar os acidentes e de cobrar de seus causadores os custos decorrentes.

O diretor de Relações Internacionais do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) Francisco Luís Lima, afirmou que 4% de todo o produto interno bruto (PIB) mundial é perdido em acidentes de trabalho. Ele estimou que esse custo no Brasil chegue a R\$ 200 bilhões por ano.

Paim afirmou que, para reverter os efeitos negativos da reforma trabalhista, deve-se aprovar no Congresso um Estatuto do Trabalho.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Debate: transposição do Tocantins é arriscada

Projeto da Câmara pretende interligar vários rios para permitir a navegação até a foz do Amazonas e também revitalizar o São Francisco, cujo volume de água está baixo

AINDA NÃO HÁ estudos suficientes para medir os impactos da transposição do Rio Tocantins, mas as informações preliminares indicam riscos, especialmente ambientais. Essa é a opinião da maioria dos especialistas que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Infraestrutura (CI). A intenção era instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 138/2017, em análise na comissão.

O projeto trata da transposição das águas do Rio Tocantins para o Rio São Francisco. Pelo texto, será feita a interligação entre o Rio Preto, na Bahia, e o Rio Tocantins, para assegurar a navegação desde o Rio São Francisco até o Rio Amazonas. O Rio Preto está vinculado à bacia do São Francisco. O Rio Tocantins percorre os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, até a foz no golfo amazônico, perto de Belém. O projeto também pretende garantir a “regularização hídrica” do Rio São Francisco, que está com volume de água reduzido.

A preocupação da relatora, Kátia Abreu (PDT-TO), é com o possível prejuízo ao meio ambiente, à população e à economia local. Segundo ela,



Segundo Kátia Abreu (3ª à esq.), a população do Tocantins teme que a transposição traga prejuízos para a região

nos últimos cinco anos, o Rio Tocantins tem enfrentado queda no índice de chuvas. A senadora mostrou fotos da situação dos Rios Tocantins e Araguaia que, em alguns pontos, podem ser percorridos a pé em razão da falta de água.

— Como é que vamos doar o que não temos? Não significa que não queremos, mas estamos com medo de não poder dar essa água — explicou a senadora, que pediu informações técnicas aos especialistas.

O coordenador de Outorga da Agência Nacional de Águas (ANA), Luciano Cardoso, explicou que o projeto inclui na lei que trata do Plano Nacional de Viação a interligação entre as bacias, mas não traz informa-

ções técnicas. A agência teria de se manifestar sobre navegação e regularização hídrica, mas ainda não foi acionada.

— Não existe pedido de outorga, nenhum projeto chegou oficialmente à ANA. Não há como emitir juízo de valor sem conhecer o projeto da obra.

Balanço hídrico

Apesar disso, ele apresentou um balanço hídrico preliminar com base nas informações fornecidas pelo projeto de lei. Segundo o coordenador, a disponibilidade hídrica é de 6 metros cúbicos por segundo, pouca para atingir o objetivo.

O coordenador-substituto de Licenciamento Ambiental do Ibama, Régis Fontana, lembrou

que a obra tem de ser licenciada pelo instituto, que também não foi demandado. Ele se disse preocupado com a iniciativa.

— Investir recursos na revitalização do São Francisco, nas matas ciliares e na recuperação das margens talvez traga uma resposta mais rápida ou pelo menos a um custo bem menor e com vantagens ambientais grandes — sugeriu.

Supervisor da Embrapa, Balbino Evangelista explicou que o Cerrado é uma região de nascentes e que, por isso, a obra pode impactar o território nacional. Para ele, os dados iniciais apontam para a inviabilidade técnica, econômica, social e ambiental do projeto

rio de Minas e Energia Gilma Rocha, lembrou que há, no Rio Tocantins, sete hidrelétricas, e alertou para o risco de a retirada de água afetar o desempenho dessas usinas.

O coordenador-geral de Engenharia e Estudos do Ministério da Integração Nacional, Rafael Silveira, informou que a pasta já concluiu um termo de referência para a contratação de um estudo. A estimativa é de que, após iniciado, o processo se estenda por 18 meses e aponte o traçado mais viável no ponto de vista técnico, econômico e ambiental.

— Ainda há necessidade de comprovar a viabilidade técnica, econômica, social e ambiental do projeto. Os estudos anteriores não trazem elementos topográficos, geológicos e ambientais — disse.

Diante das explicações dos participantes, Kátia Abreu disse que não fará outra audiência, porque o texto não contém informações suficientes para que as partes envolvidas possam se manifestar. Para ela, é perda de tempo discutir em cima de um “conteúdo fraco”. A senadora garantiu que, quando surgir uma proposta mais consistente, estará pronta a debatê-la.

Relatório traz mudanças a MP que altera cálculo de juros de fundos constitucionais

Foi apresentado ontem à comissão mista o parecer favorável da relatora, deputada Simone Morgado (PMDB-PA), à medida provisória que altera o cálculo das taxas de juros dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A votação do relatório, no entanto, foi adiada para hoje após pedido de vista coletiva.

Algumas alterações pontuais foram realizadas no texto da

MP 812/2017. Entre as mudanças está a inclusão de pessoas físicas, de micros e pequenas empresas e do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) como beneficiários dos fundos constitucionais.

Outra preocupação da relatora foi com as desigualdades entre regiões com realidades econômicas distintas. Para a deputada, os municípios com pouca renda precisam ter uma

taxa de juros diferenciada.

— No território de um mesmo estado gigantesco, verificam-se gritantes diferenças em termos de renda, acesso a saúde, educação, infraestrutura de transportes e de telecomunicações e atividade econômica. Não se pode, pois, reduzir o mosaico de tantas e tão distintas realidades a um único indicador — defendeu.

O governo federal estima um

deficit superior a R\$ 15 bilhões nos cofres públicos nos próximos dez anos caso as regras de juros atuais desses fundos continuem. Para que isso não aconteça, a proposta altera a forma de cálculo das taxas de juros não rurais dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A MP prevê, entre outros pontos, que os encargos serão baseados no cálculo da Taxa de

Longo Prazo (TLP), composto pela variação do IPCA e por outra taxa de juros real prefixada mensalmente. Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) considera que a proposta é um avanço para a economia.

— A medida traz importantes inovações. Teremos agora uma política de fixação de juros permanente, reconhecendo o desequilíbrio regional que persiste — declarou.

Requião defende estratégia para uso e exploração do petróleo

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que considera urgente o estabelecimento de uma estratégia nacional para exploração e uso do petróleo. Ele acusou o governo de Michel Temer de tratar o petróleo como se fosse uma commodity qualquer, desconsiderando os interesses nacionais.

— Em qualquer hipótese, o Brasil deve manter o controle majoritário dos fluxos de produção e das reservas, inclusive como condição para participar soberanamente da política internacional do petróleo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vanessa acusa Temer de deixar caducar a MP da reforma trabalhista

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) acusou o presidente Michel Temer de descumprir o compromisso de garantir a votação da medida provisória que alterava a reforma trabalhista. A MP 808/2017 perdeu a validade ontem. A senadora afirmou que hoje está em vigor a reforma trabalhista de forma integral, que retira direitos dos trabalhadores.

— Aquele que hoje tem carteira de trabalho assinada, será demitido. Aliás, já estão demitindo para contratar trabalhadores informais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rose pede aprovação do pagamento do FGTS na demissão a pedido

Projeto que autoriza o trabalhador que pede demissão a resgatar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi defendido por Rose de Freitas (PMDB-ES). A proposta, de autoria da senadora, havia sido aprovada em caráter final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas, devido a um recurso, será votada pelo Plenário antes de ir à Câmara.

Rose criticou o fato de o FGTS ter rendimentos inferiores ao da poupança e não conseguir manter o poder de compra dos valores guardados.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto Costa critica governo por prejuízos à indústria naval

Segundo Humberto Costa (PT-PE), o governo de Michel Temer prejudica a indústria naval brasileira, rompendo contratos, enquanto prevê imposto zero para a importação de navios. O senador advertiu que os estaleiros de Ipojuca (PE) levaram ao estado mais de 50 mil empregos, e agora ameaçam fechar as portas.

Humberto defendeu a restauração da política de conteúdo local, para garantir uma desoneração planejada para o setor, e a retomada do apoio à indústria naval, com ações de incentivo sustentadas.



Roque de Sá/Agência Senado

Ângela protesta contra aumentos seguidos no preço dos combustíveis

Ângela Portela (PDT-RR) criticou os seguidos aumentos no preço da gasolina. A senadora afirmou que dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) apontam um reajuste de 9,26% em 2017, quase três vezes superior ao aumento da inflação no período. Para ela, os aumentos impõem sacrifícios aos cidadãos.

— É evidente que isso se reflete diretamente na vida da população. Os gastos com combustível dificilmente podem ser reduzidos sem impor sacrifícios a cada brasileiro.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão aprova incentivo para aviação na Amazônia

Projeto busca atrair recursos públicos para incentivar o transporte aéreo e movimentar aeroportos menores. Texto prevê prioridade de investimento na região de fundos e programas destinados ao setor

A COMISSÃO DE Infraestrutura (CI) aprovou ontem o relatório do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) sobre o projeto que busca atrair mais investimentos públicos para a aviação civil na Amazônia. O PLS 428/2016 segue para análise do Plenário.

Gurgacz entende que cabe ao poder público incentivar a aviação regional visando movimentar aeroportos de menor escala, que muitas vezes só podem ser atendidos por aeronaves de médio e pequeno porte.

— Queremos que a prioridade de investimentos do Fundo Nacional de Aviação Civil seja colocada na região, por causa da falta de estradas, portos e aeroportos no Pará, no Acre, em Rondônia, no Amazonas, em Roraima e nos demais estados da Amazônia.

O autor da proposta, Jorge Viana (PT-AC), lembra que a Amazônia é a região do Brasil com mais localidades de difícil acesso, nas quais a única alternativa ao transporte aéreo são embarcações em condições precárias, usadas em viagens que chegam a durar dias.



Ao lado de Valdir Raupp (D), Gurgacz defende o projeto sobre aviação

“O maior desenvolvimento da aviação civil é fundamental no transporte de bens fundamentais, como medicamentos e alimentos, e para a integração geral dessas comunidades”, explica Viana na justificativa do projeto.

O texto determina que os recursos do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR) e do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) sejam prioritariamente aplicados na Amazônia, em rotas com origem ou destino na região e na infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil da área.

Além disso, para a Amazônia

Legal, o projeto aumenta de 800 mil para 1,2 milhão a movimentação anual de passageiros para que um aeroporto seja considerado regional. Como explica Gurgacz, a mudança permitirá que os aeroportos de Porto Velho, Macapá e Santarém continuem no PDAR.

A CI também aprovou na reunião requerimentos para realização de audiências públicas. Entre elas, a que vai debater as obras de manutenção, conservação e recuperação da BR-319 e a Resolução 729, de 2018, do Conselho Nacional de Trânsito, que estabelece sistema de placas de veículos no padrão Mercosul.

MEC assegura continuidade de formação de professores

Não haverá interrupção no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), anunciou ontem na Comissão de Educação (CE) o diretor de Formação de Professores da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Carlos Lenuzza, que representou o Ministério da Educação.

Segundo Fátima Bezerra (PT-RN), que solicitou o debate, o Parfor foi exitoso desde seu início, em 2009, e garantiu formação superior a mais de 30 mil professores do ensino básico público. O lançamento, em fevereiro deste ano, de três

editais do Ministério da Educação para programas de menor envergadura gerou a suspeita de que o Parfor estivesse ameaçado de ser suspenso.

Lenuzza garantiu que as duas ações são complementares e que nunca foi cogitado o fim do programa.

— Vamos manter rigorosamente o Parfor da forma que está, apenas desburocratizando algumas situações. O lançamento do edital será em junho — assegurou.

O presidente do Colégio de Pró-Reitores de Graduação das Instituições Federais, João Alfredo Braida, disse que o Parfor

atinge cerca de 600 municípios em todos os estados.

A vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Marlei Fernandes, afirmou que dos mais de 2,2 milhões de docentes na rede pública básica, 6 mil têm apenas o ensino fundamental e mais de 480 mil, somente o magistério.

Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Iolanda Barbosa considerou indispensável a destinação de esforços à formação de professores para que se tenha uma educação pública de qualidade.

Geap: reajuste de planos se deve à inadimplência

A Comissão de Transparência (CTFC) discutiu os aumentos nos planos de saúde da Geap, que atende servidores federais do Executivo e seus familiares. Parlamentares e a Defensoria Pública observaram que as mensalidades dobraram nos últimos três anos, com reajuste oito vezes maior do que a inflação no mesmo período.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que pediu a audiência, destacou que há 455 mil servidores segurados.

— Numa série histórica, de 2016 até 2018, temos um acumulado de reajuste de 104%. A inflação no mesmo período é de 12% — criticou.

O presidente do Conselho de Administração da Geap, Marcus Vinícius Pereira, afirmou que, apesar dos aumentos, os planos do órgão são mais baratos que os dos concorrentes. Ele disse que os reajustes são consequência do crescimento da inadimplência e da queda no número de segurados.

Uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) proíbe novos convênios entre o governo e a Geap, o que, segundo Pereira, prejudica a arrecadação. Ele disse que uma auditoria interna investiga eventuais erros nas últimas administrações.

A Defensoria criticou a falta de fiscalização das autoridades da área de saúde e cobrou informações mais detalhadas sobre as contas da Geap. O órgão se comprometeu a repassar todos os dados disponíveis.

Futuro de programa de formação docente preocupa, diz Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) destacou a audiência pública realizada pela Comissão de Educação sobre o Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Parfor) e ressaltou preocupação com o possível cancelamento do programa. Segundo a senadora, o Ministério da Educação publicou três editais relacionados à formação de professores sem qualquer referência ao Parfor.

— Esse anúncio surpreendeu e causou muita preocupação, porque não há simplesmente nenhuma linha com relação ao Parfor.

Paim quer jornada especial para pais de pessoa com deficiência

Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem que os municípios aproveiem lei para permitir aos servidores públicos com filhos com deficiência a adoção de jornada de trabalho diferenciada. O apelo foi motivado pela carta de Adriane Nessler, mãe de João Francisco, de 4 anos, que tem autismo. Professora em escolas municipais de duas cidades gaúchas, ela pediu horário especial para acompanhar a criança nas terapias, mas não conseguiu.

— Todos os municípios do Rio Grande e do Brasil poderiam fazer a mesma coisa. Há muitos municípios que já o fizeram. Fica aqui o apelo em nome dessa mãe de autista: que a lei seja estendida a todos, já que, em nível de União e estados, já existe.

Ana Amélia elogia declaração do presidente do TSE

Ana Amélia (PP-RS) elogiou as declarações do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luiz Fux, de que o Supremo agirá de forma preventiva e punitiva contra a disseminação de notícias falsas nas eleições. Segundo a senadora, Fux disse que o crime pode levar à cassação do mandato e à anulação do pleito. Para Ana Amélia, a medida é um indicativo do aumento das notícias falsas, sobretudo nas redes sociais, para atingir, denegrir ou caluniar os adversários, com graves prejuízos ao sistema eleitoral.

— No início do processo eleitoral de 2018, será formado um mutirão que envolve Justiça Eleitoral, partidos políticos e fundações dos partidos.

Lídice pede informação sobre proposta de ensino a distância

Lídice da Mata (PSB-BA) anunciou ter apresentado requerimento de informações ao Ministério da Educação sobre a reforma do ensino médio. A senadora afirmou que especialistas debatem a possibilidade de implantação da educação a distância em até 40% do ensino médio e em 100% do ensino a jovens e adultos.

— Permitir que 40% da carga horária do ensino médio e 100% da educação de jovens e adultos sejam a distância vem sendo compreendido pelos especialistas como o mais duro golpe na educação.

Kátia Abreu critica qualidade dos gastos em saúde do Tocantins

Kátia Abreu (PDT-TO) lamentou que a população do Tocantins não receba bons serviços de saúde, apesar de o estado ser o terceiro que mais gasta no setor.

Segundo a senadora, o interior do Tocantins tem 1,16 médico por mil habitantes, enquanto que, na média da região Norte, esse índice é de 0,47.

— Qual é o problema grave do Tocantins? Nós investimos 23% na saúde, mas sabe de que forma? Quase 90% em mão de obra. Não sobra dinheiro para os insumos, não sobra dinheiro para alimentação, não sobra dinheiro para lavanderia, não sobra dinheiro para pagar plantões. Então nós estamos vivendo uma excrecência.

Lúcia Vânia defende MP dos fundos constitucionais

A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) avaliou positivamente a medida provisória que trata dos encargos financeiros dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A nova metodologia de cálculo dos juros dos empréstimos desses três fundos, segundo explicou a relatora da MP 812/2017 na comissão mista, passa a incorporar elementos como o Bônus de Adimplência, que beneficia quem paga em dia, e o Coeficiente de Desenvolvimento Regional (CDR), apurado pelo IBGE e que funciona como redutor dos juros.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado